

Efeito Caixa agrava déficit de 2017

A execução das contas públicas em contabilidade nacional revelou um agravamento do saldo orçamental, mas que é imputado à consideração da contabilização do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos nas contas de 2017. Sem este efeito, o déficit fixou-se em 0,9% do PIB, que compara favoravelmente com um déficit esperado de 1,4% no OGE 2018 ou 1,5% no OGE 2017. Nota positiva ainda para o excedente primário registado em 2017: excluindo a CGD, este saldo atingiu 3,0% do PIB. A evolução favorável das contas públicas (excluindo a CGD) deveu-se à arrecadação da receita fiscal e contributiva acima do esperado, a par da evolução da despesa, que ficou abaixo do esperado. A poupança com juros em 2017 foi de EUR 94 milhões, comparativamente à estimativa no OGE 2018.

- **O saldo orçamental em 2017 foi adversamente afetado por um efeito *one-off*.** A publicação das contas públicas na ótica de contabilidade nacional revelou um agravamento do déficit orçamental em 2017, para 3,0% do PIB, refletindo, em larga medida, o impacto da operação da recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, o equivalente a 2,0% do PIB (EUR 3.944 milhões). Sem este efeito, o déficit foi de -0,9% do PIB em 2017, o que compara com 2,0% em 2016 (-2,4% do PIB se excluirmos as medidas temporárias e não recorrentes indicadas pelo Conselho das Finanças Públicas).
- **O saldo primário permanece em terreno positivo.** O saldo orçamental, excluindo os juros, manteve-se positivo em 0,9% do PIB, incluindo o processo de recapitalização da CGD. Se excluirmos este efeito, o saldo teria sido excedentário em 3,0% (2,2% em 2016).
- **A melhoria das contas públicas sem contabilização do efeito *one-off* CGD deveu-se ao crescimento da receita fiscal e contributiva, em linha com o contexto positivo da economia portuguesa ao longo de 2017.** A receita fiscal aumentou 5,0%, ficando ligeiramente acima do estimado pelo Executivo, o mesmo acontecendo com as contribuições sociais (+5,1%). A receita de capital diminuiu 7,8%, refletindo o efeito de base decorrente do pagamento de *prepaid margins* em 2016, num montante de EUR 302 milhões.
- **O aumento significativo da despesa reflete a contabilização da CGD.** A despesa corrente aumentou 0,5%, ficando abaixo em EUR 1,5 mil milhões face ao projetado no OGE 2018 (o equivalente a 0,8 p.p. do PIB). As rubricas que registaram um crescimento mais significativo foram as despesas com pessoal (+1,9%) e as prestações sociais (+1,4%), refletindo a reversão dos cortes remuneratórios, mas, ainda assim, mantendo-se em níveis inferiores aos projetados pelo Governo no OGE 2018. Nota ainda para a redução substancial dos encargos com juros, em 3,7%, em linha com a redução dos encargos com a dívida direta do Estado. Considerando o efeito da CGD, a despesa de capital aumentou consideravelmente, 136%; excluído este efeito temporário, o aumento da despesa de capital foi de 25%. Nota para o facto de, no OGE 2018, o Governo ter revisto em baixa o estimado para esta rubrica (de EUR 4.996 milhões para EUR 4.540 milhões); se considerarmos o valor projetado inicialmente no OGE 2017, e excluindo o “efeito CGD”, a despesa de capital teria ficado abaixo em EUR 568 milhões (-

0,3 p.p. do PIB).

- Considerando a execução favorável das contas públicas excluindo o “efeito CGD” no ano de 2017, o antecipado efeito do ciclo económico e os fatores de pressão conhecidos sob as contas de 2018, parece-nos que os riscos de execução orçamental deste ano estão equilibrados.

Receitas e Despesas do Sector das Administrações Públicas						
	2016		2017		Variação em valor (%)	Contribuição es (p.p.)
	milhões EUR	% PIB	milhões EUR	% PIB		
Receitas Totais	79.706	43,0%	82.841	42,9%	3,9%	3,9%
Receita Corrente	78.909	42,5%	82.106	42,5%	4,1%	4,0%
Receita Fiscal	46.428	25,0%	48.743	25,2%	5,0%	2,9%
Contribuições Sociais	21.609	11,6%	22.704	11,8%	5,1%	1,4%
Vendas	6.625	3,6%	6.752	3,5%	1,9%	0,2%
Outra receita corrente	4.247	2,3%	3.907	2,0%	-8,0%	-0,4%
Receita de capital	796	0,4%	734	0,4%	-7,8%	-0,1%
Despesas Totais	83.371	44,9%	88.550	45,9%	6,2%	6,2%
Despesa corrente	79.818	43,0%	80.178	41,5%	0,5%	0,4%
Prestações sociais	35.113	18,9%	35.616	18,4%	1,4%	0,6%
Despesas com pessoal	20.881	11,3%	21.270	11,0%	1,9%	0,5%
Juros	7.761	4,2%	7.475	3,9%	-3,7%	-0,3%
Consumo intermédio	10.418	5,6%	10.470	5,4%	0,5%	0,1%
Subsídios	975	0,5%	866	0,4%	-11,1%	-0,1%
Outra despesa corrente	4.671	2,5%	4.481	2,3%	-4,1%	-0,2%
Despesas de capital	3.552	1,9%	8.372	4,3%	135,7%	5,8%
Excluindo CGD	-	-	4.428	2,3%	-	-
Saldo Corrente	-909	-0,5%	1.928	1,0%	-	-
Saldo Total	-3.665	-2,0%	-5.709	-3,0%	-	-
Excluindo CGD	-	-	-1.765	-0,9%	-	-
Saldo Primário	4.096	2,2%	1.766	0,9%	-	-
Excluindo CGD	-	-	5.710	3,0%	-	-

Fonte: BPIResearch, com base nos dados do Datastream e INE.

Publicação do Banco BPI preparada pela sua Área de Estudos Económicos e Financeiros que contém informações e opiniões provenientes de fontes consideradas confiáveis, mas o Banco BPI não garante a precisão do mesmo e não é responsável por erros ou omissões neles contidos. Este documento tem um objetivo puramente informativo, razão pela qual o Banco BPI não é responsável, em qualquer caso, pelo uso que dele se faz. Opiniões e estimativas são propriedade da área e podem estar sujeitas a alterações sem aviso prévio.

Banco BPI, SA - 2018

Rua Tenente Valadim, 284 4100-476 Porto Telef.: (351) 22 207 50 00 Telefax: (351) 22 207 58 88

Largo Jean Monnet, 1-9º 1269-067 Lisboa Telef.: (351) 21 310 11 86 Telefax: (351) 21 315 39 27 www.bancobpi.pt